

DA CIDADE DO BEM-ESTAR A CIDADE NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE DAS ABORDAGENS DO CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Julio Cesar Zandonadi

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Ana Clara Carmelito Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar e debater as abordagens sobre o conceito de segregação socioespacial diante da cidade neoliberal. Entendendo a cidade neoliberal a partir da consolidação dos preceitos da doutrina econômica-política neoliberal, diante da predominância da esfera privada em detrimento da pública e o individual em detrimento ao coletivo. Para tal, foram levantadas as publicações de teses e artigos dos últimos quatorze anos que trazem a “segregação socioespacial” como palavra-chave ou no título, tendo mais de 200 publicações, o que demonstra a relevância e contemporaneidade do conceito. A análise se pautou em identificar o quantitativo de publicações e os locais em que predominam as abordagens, enquanto o debate se deu no campo das definições de segregação socioespacial e a associação desta dinâmica a reestruturação urbana e das cidades diante da conjuntura da doutrina neoliberal. Foi possível identificar a relevância do conceito para a análise da cidade contemporânea, mas sobretudo, a predominância de abordagens sobre a cidade neoliberal que não condizem com a materialidade desta cidade, isto é, as definições de segregação socioespacial não dialogam com a nova estrutura urbana e das cidades, na qual a expansão territorial urbana, a esfera privada e o pensamento da cidade como negócio é dominante.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial, Cidade Neoliberal, (re)estruturação urbana, (re)estruturação das cidades.

From the of welfare state city to the neoliberal city: An analysis of approaches to the concept of Socio-Spatial Segregation

ABSTRACT

This article aims to analyze and debate approaches to the concept of social-spatial segregation in the face of the neoliberal city. Comprehending the neoliberal city from the consolidation of the precepts of the neoliberal economic-political doctrine, given the predominance of the private sphere to the detriment of the public and the individual to the detriment of the collective. To this end, publications of theses and articles from the last fourteen years that include “social-spatial segregation” as a keyword or in the title were collected, having more than 200 publications, which demonstrates the relevance and contemporaneity of the concept. The analysis was based on identifying the number of publications and the places where these approaches predominate, while the debate took place in the field of the social-spatial definitions and the association of this dynamic with urban and city restructuring in light of the neoliberal doctrine. Was possible to identify the relevance of the concept for the analysis of the contemporary city, but above all, the predominance of interpretations about the neoliberal city that do not match with the materiality of this city, that is, the definitions of social-spatial segregation do not dialogue with the new urban structure and of the cities, in which the urban territorial expansion, the private sphere and the idea of the city as a business is dominant.

Keywords: Social-spatial Segregation, Neoliberal City, urban (re)structuring, cities (re)structuring.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de um projeto amplo de pesquisa que vem sendo realizado sobre a urbanização do Estado de São Paulo, mais especificamente das cidades litorâneas. Diante do conjunto de análises uma das dimensões da pesquisa é a teórica e voltada as dinâmicas intraurbanas da cidade capitalista, neste caso, principalmente as em que o fenômeno turístico é o principal vetor da produção do espaço urbano.

Contudo, precisamente neste artigo, buscamos o avançar no entendimento teórico da dinâmica de “Segregação Socioespacial”, tendo como objetivo central trazer, a partir de ampla pesquisa bibliográfica em teses e artigos publicados no Brasil, em um recorte temporal dos últimos quatorze anos, como vem sendo definida a segregação socioespacial.

Foram levantadas 206 publicações científicas que tem a “segregação socioespacial” como dinâmica principal e relevante da análise, sendo 62 artigos publicados na plataforma *Scielo* e 144 teses defendidas em faculdades e universidades brasileiras.

Para a análise das definições de segregação socioespacial, optamos por selecionar e investigar os artigos científicos disponíveis na plataforma *Scielo*, publicadas em revistas científicas classificados com **Qualis-Capes A**, considerando que, deste modo, estamos diante das publicações organizadas em

relação a método, como também com garantias de avaliação cega por pares, o que remete a confiabilidade na publicação do escrito.

Buscando compreender e analisar as mudanças na abordagem sobre a segregação socioespacial a partir das mudanças estruturais urbanas e das cidades, organizamos este artigo em seis partes, sendo que nas duas primeiras nos debruçamos sobre as diferenças entre o modelo fordista e o Estado de Bem-Estar, diferenciando da doutrina econômica-política neoliberal e os seus desdobramentos nas cidades. Seguindo, partimos para abordagem do conceito de Segregação Socioespacial, trazendo um histórico de definições, o quantitativo de publicações e posteriormente a análise das publicações dos artigos mais relevantes, considerando a variável Qualis-Capes A. E por fim, procuramos contribuir criticamente à análise da segregação socioespacial na conjuntura do neoliberalismo e da cidade neoliberal, apontando algumas questões e limitações das análises recentes sobre a segregação socioespacial.

O ESTADO DE BEM-ESTAR (WELFARE STATE) E O NEOLIBERALISMO

O Estado de Bem Estar ou *Welfare State* surgiu em meados do século XX, durante, mas principalmente após a Segunda Grande Guerra Mundial, tendo como bases as reivindicações de sindicatos e organizações político-partidárias que ganharam força na segunda metade do século XIX, principalmente após a publicação do Manifesto do Partido Comunista de Engels e Marx em 1848. Teve como princípios a valorização do trabalho e do emprego, assim como da vida humana, da igualdade, liberdade e justiça social, com a ressignificação da esfera pública.

As políticas do *Welfare State* buscaram garantir maior segurança e estabilidade social através da atuação de instituições estatais nos diversos segmentos da vida pública, contudo sem interferência direta nas atividades da esfera privada. A implantação de instituições de ensino, equipamentos de saúde e transportes pelo aparelho público foram as principais ações para garantir melhorias nas condições de vida nas cidades, além disso, como primeiro modelo a Alemanha, emergiu regulamentações trabalhistas e benefícios, tais como o seguro-saúde, programa de compensação por acidente de trabalho e a aposentadoria pública para idosos e deficientes.

Na vigência do Estado de Bem Estar Social que as cidades, como também na escala do país, viu-se o surgimento um corpo de infraestrutura de transportes, com rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, de comunicação com a expansão de redes de telefonia, entre outros meios de comunicação, além da implantação de inúmeros aparelhos e edificações públicas, que deram novas características as cidades capitalistas, marcadas pela divisão da esfera pública, com infraestruturas e serviços básicos, e a esfera privada, com a produção e comercialização de mercadorias e a prestação de alguns serviços privados, principalmente os que não eram englobados pela esfera pública.

O surgimento do Estado de Bem Estar Social como corrente político-econômica nos países capitalistas podemos associar a diversos fatores. Primeiramente é importante ressaltar que o Estado de Bem Estar Social não tem como objetivo eliminar o capital privado, mas dar ares de civilidade e sustentabilidade na sociedade capitalista. Outro ponto, são as reivindicações trabalhistas do séc. XIX, que fez emergir diversos movimentos revolucionários e partidos associados a ideais do socialismo utópico e das diretrizes do “Manifesto do Partido Comunista” de Engels e Marx, publicado em 1848. A Revolução Russa de 1917, com a instauração da URSS, o principal modelo socialista implementado no mundo e que servirá, até os anos de 1980, como pressão a países com economias-políticas atreladas ao capitalismo. A ascensão do modelo fordista de produção nas décadas iniciais do século XX, com a produção em massa de bens de consumo industrializados e a necessidade de implantação tanto de infraestruturas para a produção, uso e consumo destes bens, como também a disponibilidade de parte da remuneração dos trabalhadores para o consumo de tais bens, deste modo, o Estado cumpre este duplo papel, tanto o de implantar infraestruturas, como também disponibilizar serviços básicos a classe trabalhadora.

É na década de 1970 que surge uma nova doutrina econômica-política, diante das constantes crises na acumulação e reprodução do capital, dada pela produção em massa fordista e os ciclos de baixa demanda, avanços tecnológicos no campo da informação e transporte que permite a expansão de capitais por regiões e países onde o capitalismo se reproduzia de modo arcaico. A crise do modelo socialista da URSS, que desembocará na dissolução em 1991.

É nos Estados Unidos sob a presidência de Ronald Reagan e no Reino Unido com a primeira-ministra Margaret Thatcher que as primeiras medidas neoliberais são implementadas e disseminadas.

Simplificando, a doutrina neoliberal tem como objetivo recuperar os níveis de taxa de lucro a partir da antiga fórmula de reprodução do capital denominada em Harvey (2005) de ajuste espacial, marcado pela expansão do capital privado e intensidade na produção.

A ampliação da esfera privada e redução da atuação da esfera pública em relação a serviços aos indivíduos apresenta como produto a insegurança social, o aumento da desigualdade e a forte desvalorização do emprego e do trabalho. Estamos diante de um modelo econômico, no qual, a estabilidade social não existe, ou quase não existe. O que não significa que não há aparatos públicos disponíveis à população, no caso brasileiro por exemplo, ainda há, principalmente os que são garantidos pela Constituição Brasileira, no entanto não são devidamente valorizados tanto ideologicamente pela população, como, principalmente pelas instituições e poder público, que de certo modo, atuam para precarizar, cada vez mais, os serviços públicos, com vistas aos segmentos da classe trabalhadora que possam construir uma reserva financeira migrar para os serviços privados, sejam eles as instituições de ensino, o transporte individual, os planos de saúde, etc.

Em relação ao neoliberalismo como doutrina econômica-política, até o fim da década de 1980 a concentração das ações se davam nos Estados Unidos e Reino Unido, o que o Consenso de Washington em 1989, que junto a dissolução da URSS em 1991 fortaleceu a implantação das medidas neoliberais nas economias dependentes do capitalismo estadunidense, principalmente os países da América Latina, mas também ganha o mundo através da difusão de informação, da hegemonia de discursos político-econômicos neoliberais em detrimento de qualquer outro modo de reprodução do capitalismo global ou de outras alternativas de modo de produção que não seja pautado na circulação da mercadoria, financeirismo e privatismo.

Neste contexto de mudanças sociais globais acompanham e impulsionam tais mudanças a alteração na estrutura urbana e das cidades, dando origem ao que diversos autores, dentre eles Zanotelli (2021) definem como sendo a “Cidade Neoliberal”.

DA CIDADE DO BEM-ESTAR À CIDADE NEOLIBERAL

Na busca de compreender as alterações nas cidades a partir das mudanças econômico-políticas, torna-se necessário compreendermos dois conceitos e seus desdobramentos, a “**estrutura urbana**” e seus desdobramentos, **estruturação** e **reestruturação**; e a “**estrutura da cidade**” e seus desdobramentos, **estruturação** e **reestruturação**.

Não nos aprofundaremos na análise epistemológica dos conceitos, partindo do entendimento que o termo “**estrutura**” é relacionado ao arranjo socioespacial da relação entre forma e função. Sposito (2005) dá uma contribuição importante ao detalhar que a estrutura é a disposição, em um dado período histórico, das formas e funções, isto é, no âmbito espacial, a localização dos usos do solo em um dado recorte de tempo.

Castells (1983) já destacava que o tempo e o espaço são associados diretamente aos processos sociais e econômicos. A partir deste princípio temos na cidade e no campo em determinados recortes de tempo a atuação de forças, a materialização destas forças hegemônicas ou contra-hegemônicas, que moldam, distribui e se correlaciona espacialmente. Deste modo, a estrutura espacial de dado momento é parte da ação social, econômica e política de forças hegemônicas e as contra-hegemônicas.

Os desdobramentos em relação a estrutura, que é a disposição num dado recorte de tempo, a estruturação é o dinamismo dessa estrutura, ou seja, as ações socioespaciais-econômico-políticas dos agentes hegemônicos, principalmente, e os contra-hegemônicos, com a implantação de novas formas, as mudanças de funções de formas pretéritas, entre outras. Enquanto a reestruturação trata de uma mudança de ordem ou lógica de produção, que pode se dar pela mudança dos agentes hegemônicos, mas também por mudanças nas lógicas de produção e reprodução dos agentes já hegemônicos,

que tem em uma nova ordem a possibilidade da manutenção da posição de poder.

Para diferenciarmos a “estrutura urbana” e a “estrutura da cidade” seguimos a diferenciação de Lefebvre (2006) sendo a estrutura da cidade, a estrutura de cada cidade, do espaço intraurbano, suas formas e funções; enquanto a estrutura urbana tem-se como estrutura da sociedade, a estrutura das relações cidade-campo. De modo mais genérico, trata-se de uma diferença de escala, de macro [urbano] e micro [cidade]. Vemos que, de acordo, com Lefebvre, as alterações na ordem e lógicas se dão no campo da estrutura urbana e as ações se dão no campo da estrutura da cidade, isto é, mudança a estrutura urbana têm-se alterações na estrutura da cidade.

É a partir de tal definição que partimos para compreender a **Cidade do Bem-Estar** e a **Cidade Neoliberal**.

As mudanças paulatinas da organização dos Estados a partir das políticas-econômicas do Bem Estar Social ao Neoliberalismo se apresentam espacialmente com a reestruturação urbana, da rede urbana, como também, e que é o foco central desta análise, com a reestruturação da cidade.

É importante ressaltar que as cidades capitalistas sob vigência de políticas-econômicas do Bem-Estar, não são espaços que negam a reprodução capitalista, mas sim há atuação intensiva do Estado e políticas públicas, seja com serviços educacionais, voltados a manutenção à da saúde, administrativos e cultura, como também infraestruturas urbanas, ruas, avenidas, saneamento básico, iluminação pública, até mesmo, programas de moradias, de doação ao financiamento habitacional público.

A atuação estatal tem suas complexidades, dualidades e dicotomias, passando pela fomentação de políticas públicas para a promoção educacional, manutenção da saúde, transportes e mobilidade coletiva, mas também tem na esfera estatal o recurso para manutenção dos níveis de taxa de emprego, como também o controle de salários. Contudo, as políticas de bem-estar social, tendo no Estado o principal provedor de ensino e infraestruturas, também teve papel fundamental na construção de uma conjuntura ideal à reprodução capitalista, qualificando mão de obra e possibilitando a atuação de capitais diversificados, dado a instalação de vias de transportes, rede de comunicação e elétrica, abastecimento de água, entre outros, isto é, preparando a cidade para a atuação e reprodução dos mais diversos tipos de capitais.

A cidade neoliberal se dá a partir da estruturação da cidade dado pela associação entre a produção do espaço urbano e os processos de acumulação de capital (HARVEY, 2007), isto é, a cidade e a difusão da urbanização passam de locais e processos de reprodução da vida, para serem, tanto o local, como o principal vetor da acumulação e reprodução de capital.

Este novo momento de estruturação da cidade tem duas características fundamentais, a primeira, dada a lógica neoliberal de privatização e degradação

dos serviços públicos, com o capital privado reproduzindo serviços voltados a saúde, ensino e segurança. A segunda é em relação ao espaço da cidade, a comercialização da terra urbana e a diversificação do preço da terra urbana passa a ser um vetor de acumulação e reprodução de capital de suma relevância, sendo um aspecto fundamental da cidade neoliberal a expansão territorial urbana, tanto horizontal, com a incorporação de antigas terras rurais à urbanização e cidade, como a vertical, com a reprodução de edifícios nos mais diversos setores da cidade.

Estas características ressignificam as formas, funções e conteúdo da cidade, a expansão da área urbana que em momento anterior estava vinculado ao crescimento populacional, se distancia desta dinâmica e vincula, única e exclusivamente a produção de terra-mercadoria urbana. Outra dinâmica, a verticalização, que era exclusiva as áreas densamente ocupadas e com elevadas demandas por terra, passou a ser difundida pelos diversos setores da cidade, não mais como uma estratégia de otimizar o espaço para a ocupação e uso, mas sim, a otimização para extrair mais renda da terra urbana, principalmente quando levamos em conta os edifícios com função residencial, os quais são multiplicados e diversificados, isto é, nos mais diversos setores e para a comercialização com as populações com os mais diversos segmentos de renda.

Outros serviços, que com a doutrina neoliberal, não são privatizados por conta de serem direitos constitucionais, mas degradados pelo Estado, principalmente os vinculados a promoção do ensino e a manutenção da saúde, com a diminuição de recursos, a falta de reposição de mão de obra, o congelamento salarial dos trabalhadores, são tomados pelo domínio da esfera privada, atuando para diversos segmentos de renda, com exceção dos indivíduos e famílias com baixos níveis de rendimento, os quais os serviços públicos é a única opção.

O avanço da doutrina neoliberal na produção do espaço urbano, reestrutura as cidades, tanto em relação a forma, com a cidade extensa, verticalizada e com a multiplicação de representações de centralidade voltada ao consumo, isto é, inúmeros centros comerciais e subcentros, como também no conteúdo dando novas roupagens a dinâmicas urbanas, tais como a segregação socioespacial, que é intensificada a ponto de surgirem interpretações de conjunturas de fragmentação socioespacial, isto é, o rompimento de relações e comunicação entre setores e grupos sociais no âmbito da cidade.

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL – A REESTRUTURAÇÃO DA DINÂMICA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A segregação socioespacial vem sendo debatida desde o início do século XX, com as primeiras menções na década a década de 1920, nos debates da Escola de Chicago, quando Robert Park e posteriormente Mckenzie a definem como sendo a concentração de tipos de população dentre de um dado território. Apesar de não termos grandes mudanças em relação a esta definição inicial, é relevante compreendermos que naquele momento acreditava-se que a segregação

socioespacial era um processo ecológico, resultado “[...] *do processo de competição impessoal, que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais*”, isto é, associava a segregação a um processo de crescimento natural da cidade (Correa, 1989, p. 59), onde determinados grupos sociais se territorializavam em locais específicos, sem grandes avanços nos arranjos sociais tinham a segregação socioespacial como resultado, nem como a segregação socioespacial se manifestava em formas e repercussões distintas, tanto no âmbito da cidade, como nos grupos sociais segregados.

Apesar da limitação em relação as vagas referências às dinâmicas econômicas, o que tornou as abordagens desta Escola superficiais e alvo de diversas críticas por conduzir a análise de dinâmicas socioespaciais à interpretações ecológicas, isto é, tratando como dinâmicas naturais, é essencial citar o avanço que é a introdução da segregação socioespacial para compreender uma organização urbana.

A partir da década de 1960, a Escola Teorética – Quantitativa, aborda a segregação socioespacial a partir de um volume de dados estatísticos, com vistas a identificar características diferenciadas entre os diversos setores da cidade, contudo sem preocupações e análises em relação aos processos indutores e as repercussões da segregação socioespacial (Sobarzo, 2000). Villaça (2001) aponta que uma das críticas a tal escola é a preocupação única e exclusiva com a forma do espaço urbano, ignorando as funções e conteúdo da estrutura e estruturação do espaço urbano.

Contudo, é com a abordagem crítica, principalmente pelo vínculo das análises geográficas a Teoria Marxiana, que avança o entendimento da segregação socioespacial como um fenômeno urbano que se dá no âmbito da produção do espaço urbano capitalista, isto é, trata-se de um fenômeno tipicamente da cidade capitalista, vinculado a Divisão Social do Trabalho, que implica na separação residencial das populações com desiguais níveis de rendimentos (CORREA, 1989).

É importante destacar que a segregação socioespacial, além da desigual distribuição de renda, dada a Divisão Social do Trabalho, tem como variável determinante a renda fundiária urbana, tendo nos mecanismos de formação dos preços da terra urbana um de seus fundamentos para separar populações com níveis de rendimentos desiguais (Lojkine, 1997), sendo que, o preço da terra determina a população que irá acessá-la a partir de seus níveis de rendimentos.

A relação entre a segregação socioespacial e o preço da terra urbana é dialética, ao mesmo tempo, que o preço da terra urbana segrega, a segregação socioespacial é um dos instrumentos que altera o gradiente de preço da terra urbana no âmbito da cidade.

A partir da compreensão da segregação socioespacial como a separação residencial, tendo os níveis de rendimentos e preço da terra urbana como principais variáveis, é necessário compreender que há tipos distintos de segregação socioespacial.

Primeiramente a autossegregação ou segregação espontânea, que são as populações que possuem níveis de rendimentos que as possibilitam escolher qualquer localização da cidade para habitar, com o preço da terra urbana não sendo um empecilho. Neste contexto, a autossegregação é o fenômeno em que tais populações fazem a opção de se afastar, ou se isolar em determinados setores da cidade, ou mesmo criando novos setores exclusivos. Carlos (2004) aponta a autossegregação como uma estratégia de classe, em que os segmentos com maior poder financeiro/econômico optam por manifestar no espaço social a desigualdade econômica, não apenas com o bem moradia, mas sim com bairros, setores exclusivos da cidade para estes determinados grupos sociais.

Parte do mesmo fenômeno, esta a segregação imposta ou induzida, as quais estão as populações que por conta das limitações de rendimentos financeiros tem suas possibilidades de escolha do local de habitar limitadas, ou não possuem escolhas, tendo como opção as áreas com menor preço da terra urbana ou que não estão incorporadas ao mercado de preços da terra urbana.

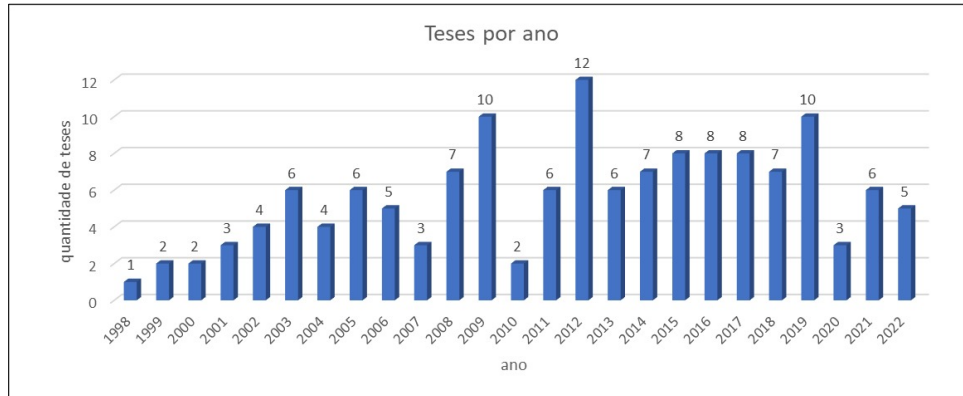
AS ANÁLISES CONTEMPORÂNEAS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BRASIL

Como já destacamos o conceito de segregação socioespacial, que tem seu surgimento e definição associada a cidade estruturada pelo avanço da industrialização fordista, a partir da diluição da classe trabalhadora em diversos níveis de classe média e as com menores rendimentos, como também a classe dominante e sua multiplicidade. A estrutura das cidades capitalistas foi um desdobramento dessa nova estrutura das classes, com produtos habitacionais destinados a certos segmentos de renda, separando residencialmente as classes sociais e seus segmentos pela cidade. Tendo um efeito mais intenso sobre a classe trabalhadora por tamanha diluição.

Entretanto, apesar das mudanças estruturais da cidade, com o advento da ordem neoliberal, o debate em torno da segregação socioespacial continua aquecido no Brasil, com 62 artigos publicados no sistema *Scielo*, desde 1999 a 2022, e 144 teses defendidas no mesmo interregno. Sinalizando que a segregação socioespacial ainda é uma dinâmica pertinente para o entendimento das cidades brasileiras, bem como as cidades capitalistas.

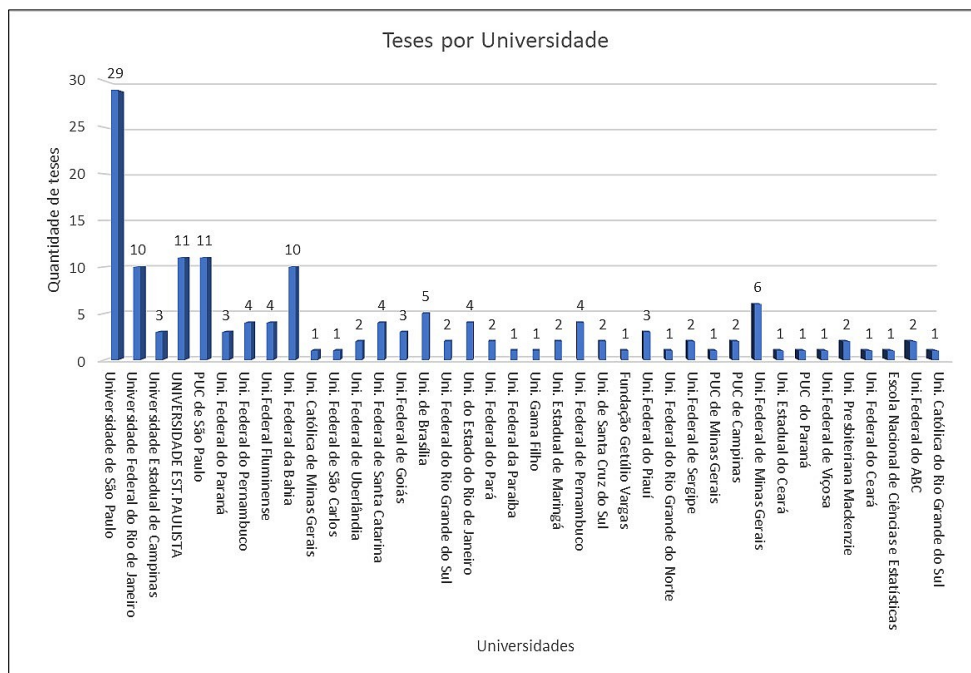
Vejamos o quantitativo de teses defendidas no Brasil e disponíveis no “Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES”. A visualização do gráfico já sinaliza que a dinâmica de segregação socioespacial, apesar de ser um conceito que surgiu na análise da cidade fordista na primeira metade do século XX, ainda é constantemente debatido na comunidade científica brasileira e apontado nas cidades brasileiras. É notório que mesmo com o avanço das políticas-econômicas neoliberais durante a década de 2000, na segunda metade desta década e na década seguinte que se intensifica o debate, com a maioria das teses defendidas, no recorte temporal proposto, dando-se após 2008.

Gráfico 1. Teses de doutoramento defendidas no Brasil e que trazem referência a segregação socioespacial – 1998 a 2022.



Autor

Gráfico 2. Teses de doutoramento defendidas no Brasil que abordam a Segregação Socioespacial, por Universidade – 1998 a 2022.



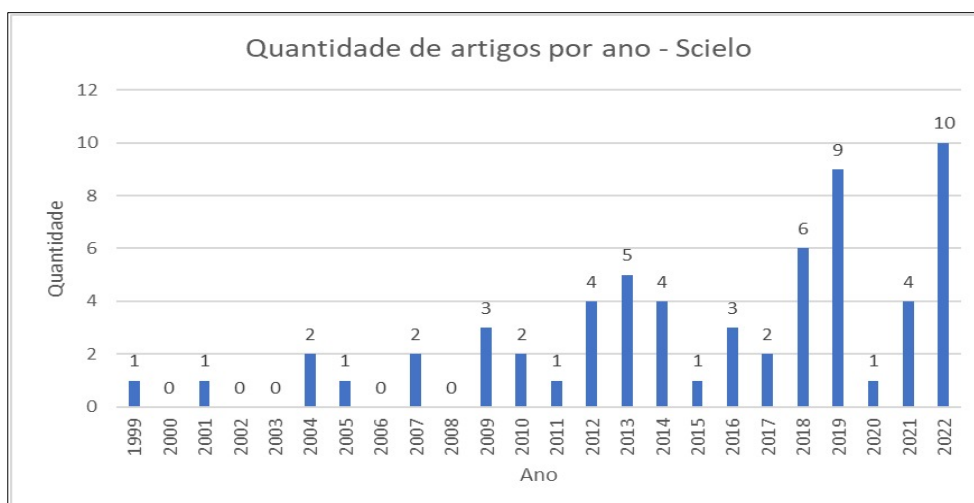
Autor

Analisando pormenorizadamente, a partir das instituições onde foram defendidas as teses de doutoramento que trouxeram referência a Segregação Socioespacial, a concentração ocorre nos centros de pesquisa do sudeste do

país, no caso na USP, UNESP e PUC em São Paulo e na UFRJ no Rio de Janeiro, o que de modo lógico é a representação da concentração histórica de universidades e cursos de pós-graduação nesta região do país, mas também por se tratar da região mais urbanizada, no que se refere a população vivendo em cidades, tamanho populacional, extensão e contiguidade das cidades. Destaca-se a UFBA, no estado da Bahia, região nordeste do Brasil, como outro centro de debate da segregação socioespacial, o que indica, além do resultado de políticas públicas de expansão das universidades e cursos de pós-graduação para as demais regiões do Brasil, mas também a busca por compreensão das dinâmicas das cidades na região nordeste, no caso do estado da Bahia, cidades de grande porte e complexidade, tais como Salvador e Feira de Santana.

Vejamos o contexto do debate em torno da Segregação Socioespacial em artigos científicos, para tal, realizamos o levantamento dos títulos e palavras-chave que mencionavam “Segregação Socioespacial”.

Gráfico 3. Quantidade de artigos científicos que trazem referência a Segregação Socioespacial indexados na plataforma *Scielo* – 1998 a 2022.



Org. Autor

A publicação de artigos científicos indica o panorama apontado pela defesa de teses de doutoramento, que mesmo sendo um conceito relacionado a uma dinâmica urbana da década de 1920, o debate e a busca pelo entendimento da dinâmica urbana ainda se realiza através da análise da dinâmica de segregação socioespacial. No gráfico é notório o avanço quantitativo das publicações após a década de 2010.

A contemporaneidade e intensidade no debate sobre a Segregação Socioespacial pode indicar algumas possibilidades, primeiro em relação as cidades brasileiras, que é o aprofundamento da desigualdade socioespacial, com as populações com

rendimentos ou poder econômico desigual estão habitando cada vez mais distantes, o que torna mais evidente a separação residencial e com isso a dinâmica de segregação socioespacial, tanto a autosegregação, como a segregação socioespacial imposta.

Entretanto, pode-se tratar de novas abordagens sobre a “Segregação Socioespacial” que represente as dinâmicas urbanas contemporâneas da cidade neoliberal, isto é, quando aborda-se e identifica-se a segregação socioespacial não se referem apenas a separação residencial por segmentos de renda desiguais, dinâmica típica da cidade fordista, mas sim novos aspectos que são característicos da cidade neoliberal.

Diante disso, no último tópico desta análise trazemos algumas definições da “Segregação Socioespacial” que estão sendo abordadas nessas recentes publicações.

AS RECENTES ABORDAGENS DA “SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL”

Como citamos o conceito de “segregação socioespacial”, destacando que trata-se de um conceito que identificou a dinâmica de separação residencial entre grupos sociais pela cidade, ainda na década de 1920 nos Estados Unidos. No caso, estritamente estadunidense tal separação incluía classes sociais, mas também grupos étnicos, tais como italianos, irlandeses, latinos, negros, etc.

O conceito é consolidado na análise da cidade capitalista, principalmente no âmbito da industrialização fordista, na qual a hierarquização salarial é uma das características, com a classe trabalhadora sendo diluída em diversos níveis salariais, deste modo, tendo acesso a diferentes e mesmo desiguais setores da cidade. Isto gerou diversos fragmentos socioespaciais pela cidade capitalista, caracterizado por certa homogeneidade socioeconômica entre os habitantes, contudo, os diversos grupos mantinham relações, seja no encontro no centro comercial, ou mesmo na rua, diante de uma cidade que tinha como característica a concentração e contiguidade da malha urbana.

O pós-1970, com a difusão das soluções neoliberais com vistas a solucionar a queda de lucratividade e reprodução capitalista, a terra urbana passa a ser um dos ativos principais do mercado, com a atuação do capital de modo mais intenso sobre o território urbano, com fins a acumular, reproduzir e aumentar seus lucros. É neste contexto que a cidade capitalista passa por intenso processo de reestruturação, primeiramente sendo expandida e desvinculado o crescimento territorial do crescimento populacional, isto é, não é mais o aumento populacional que rege o crescimento territorial da cidade, mas sim a necessidade do surgimento de novas áreas urbanas, com fins de comercialização, especulação e acumulação.

As distâncias aumentam, os grupos sociais se distanciam, e juntamente a tal processo passam a surgir os espaços exclusivos de consumo aos diversos grupos sociais, primeiramente as classes dominantes e parcela da classe trabalhadora

com elevados rendimentos, com ruas comerciais especializadas, com mercadorias voltadas para tais segmentos, os shopping centers e as galerias. Enquanto antagonicamente a classe trabalhadora com menores rendimentos têm o acesso à moradia restrito as bordas da cidade, onde o preço da terra urbana é inferior, e com os desdobramentos do neoliberalismo no mundo do trabalho (mecanização e terceirização) tem-se a redução dos rendimentos desta parcela da classe trabalhadora, que resulta no surgimento de pequenos mercados e prestadores de serviços na periferia, como forma de acesso à renda.

Em síntese, este processo caracteriza a cidade neoliberal, entretanto fica o questionamento, o conceito de “segregação socioespacial” ainda dá conta de ser uma categoria analítica da cidade capitalista?

Para buscar compreender como vem sendo abordado o conceito de Segregação Socioespacial neste “novo” contexto da cidade capitalista, a cidade neoliberal, separamos artigos científicos publicados em revistas que foram classificadas pelo “QUALIS CAPES” no nível A.

A partir de tal recorte, foram levantados e analisados 17 artigos e suas respectivas abordagens do conceito de “segregação socioespacial”. A análise permitiu identificarmos 4 (quatro) tipos distintos de abordagens da “segregação socioespacial”. Inicialmente notamos abordagens que caracteriza a segregação socioespacial como **separação residencial**:

Seguindo as primeiras interpretações sobre o fenômeno de segregação socioespacial, que no Brasil foi reforçada por Correa (1989) que aborda a segregação socioespacial como um processo de separação residencial das classes sociais e grupos étnicos. Trata-se de uma definição derivada das primeiras definições que surgiram nos Estados Unidos na década de 1920, quando, diante da ascensão do modelo fordista de organização do trabalho, com a hierarquização e divisão do trabalho, houve a separação residencial tanto entre a classe trabalhadora e proprietária, e também entre a classe trabalhadora que tinham níveis de renda desiguais.

Nogueira et. al. (2022) segue esta linha de interpretação, ao destacar que “[...] a segregação residencial que expressa a separação das pessoas e a exclusão de segmentos da população por razões econômicas, sociais, culturais, raciais, étnicas ou outras”. Nepomuceno e Nagatoshi (2021), apesar de apresentarem diversos aspectos da segregação socioespacial, destacam o aspecto residencial, afirmando que trata-se da “[...] separação entre o local de moradia de famílias pertencentes a diferentes grupos socioeconômicos”.

Outro viés de interpretação da segregação socioespacial, que de certo modo avançam pouco em relação a separação residencial, é a definição de segregação socioespacial como homogeneização de áreas ou setores da cidade, por grupos sociais associados a suas condições econômicas e/ou étnicas, que parte da contribuição de Manuel Castells em sua obra “A Questão Urbana”, o qual define como um processo que gera áreas com forte homogeneidade social, e também, grande disparidade social em relação a outras áreas.

De certo modo a definição de Castells é coerente com a materialização dos processos de acumulação e reprodução capitalista no espaço urbano, que de fato tendem a separação e homogeneização de áreas da cidade, e podemos acrescentar, entre cidades de uma rede urbana regional. Contudo, há de chamar a atenção para sua característica genérica, pois a transição entre a cidade produzida a partir dos princípios fordistas e do Estado de Bem Estar Social é diluída pela imposição das políticas neoliberais, em que a **homogeneização** de áreas não se dará apenas pelo conteúdo residencial, mas também em relação ao consumo, acesso e tipos de serviços, cultura, etc. Diante disto, o uso da definição de Castells para analisar e compreender o processo de segregação socioespacial nas cidades contemporâneas pode ser considerado arcaico e genérico, diante da sua reduzida capacidade explicativa sobre o fenômeno. Contudo, podemos identificar tal definição em diversas análises contemporâneas sobre a segregação socioespacial, tais como:

Cunha e Jakob (2010) definem a segregação socioespacial como “[...] a concentração no espaço de estratos socioeconômicos semelhantes, sobre a capacidade de resposta das pessoas ou famílias a estes problemas, ou, de maneira mais geral, seus efeitos sobre a inclusão social”.

Moura (2014) se apoia diretamente na definição de Castells, no qual a segregação consiste “[...] numa tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas”.

Becceneri; Alves e Vazquez (2019), embasados na definição de Sabatini et. al. (2005), no qual os autores apontam três dimensões básicas da segregação socioespacial, sendo uma delas o “[...] alto grau de homogeneidade social destas áreas [...]” sendo uma relação espacial de separação e proximidade entre indivíduos que pertencem ao mesmo grupo social.

Esta abordagem aponta o distanciamento entre as classes sociais na cidade, que de fato é a segregação socioespacial, um fenômeno associado a cidade capitalista e que o acesso à terra urbana se dá desigualmente entre as classes. No entanto, não avança sobre os desdobramentos da segregação socioespacial com o aprofundamento das políticas neoliberais, principalmente pós-1990 e as mudanças no espaço urbano advindas dessas políticas.

Uma terceira abordagem sobre a segregação socioespacial é a que enfatiza a constituição nas cidades dos **“bolsões de pobreza”**, isto é, abordam a segregação socioespacial como um desdobramento da exclusão social, ou seja, dos baixos níveis de renda e da ausência de políticas públicas, que se materializa nas cidades em áreas com intensa ocupação de populações com baixos níveis de renda, com edificações, infraestrutura e equipamentos urbanos precários.

Vemos esta abordagem em:

Carvalho e Stephan (2016) ao afirmarem diretamente sobre a segregação socioespacial imposta, que torna indivíduos isolados em relação ao restante da cidade. Filho et al (2019), cita Maricato (2000) para se referir a segregação

socioespacial como a maior expressão da exclusão social, configurando pontos de pobreza generalizada, com dificuldades de acesso a serviços, equipamentos coletivos, menores oportunidades de emprego, altos índices de violência, discriminação social contra mulheres e crianças etc.

Cerqueira (2015) associa diretamente a segregação socioespacial a contextos de exclusão social, vinculado aos grupos sociais com menores rendimentos e deste modo possuem menor acesso as atividades urbanas e às oportunidades de trabalho, destacando as dimensões espacial, que é a separação residencial desses grupos, mas também, por conta de tal segregação, conjunturas sociais distintas.

Complementando esta argumentação, alguns autores trazem a segregação socioespacial a partir de duas tipologias, a **segregação socioespacial imposta** e a **autossegregação**.

Tais como Torres (2004) aborda a segregação como um fenômeno residencial, em que é elevado o grau de concentração de um determinado grupo social ou étnico em dada área da cidade, destacando ainda que grupos de elevados rendimentos se autossegregam, principalmente através da constituição de condomínios fechados de alta renda, mas também há no âmbito de tal processo, populações em que de modo involuntário são forçadas a se agrupar em determinada área, o que caracteriza a segregação socioespacial imposta.

Silva; Castro e Ueda (2022) destacam que a segregação socioespacial trata-se de processos que “[...] as barreiras urbanas desempenham um papel importante que determinam a estrutura urbana: os espaços de habitação das camadas de alta renda e as vias de acesso regional”. Ou seja, é visto como um processo que tem em seu cerne a produção de privilégios na cidade para as camadas de alta renda.

Ainda neste viés, vemos em, Alves e Bueno (2022) a caracterização da segregação socioespacial como segregação urbana, em que setores da cidade são conduzidos a terem maiores probabilidades de ter a implantação de equipamentos urbanos, e isto traz como consequência, outros setores e populações ficaram desassistidos de serviços. Isto é, seguem uma definição, de certo modo equivocada de Villaça (2001), em que o autor afirma que a segregação é um processo dialético em que a segregação de uns provoca a segregação de outros. Tal interpretação nos remete a afirmar que de fato não há possibilidade de direito à cidade para todos, e que para o acesso a equipamentos urbanos públicos há de se optar para qual segmento estes irão se destinar, o que é uma interpretação distorcida sobre o espaço público e as inúmeras possibilidades de promoção do direito à cidade.

Ainda entre a produção intelectual recente sobre a segregação socioespacial, podemos destacar algumas abordagens que não buscam delimitar o conceito, mas sim apontar os desdobramentos da segregação socioespacial.

Gonçalves (2009), coloca em evidência o mercado de terras urbanas, que por omissão das *autoridades públicas*¹, na ausência de reconhecimento da existência de bairros informais, isto é, uma das soluções do capital imobiliário para quem não consegue acessar o mercado formal de terras é a produção de habitações informais em áreas que não estão inclusas no mercado formal de terras, o que acentua a exclusão, a periferação, como também a precarização ecológica das cidades.

Fontes (2018) aborda um desdobramento de suma relevância as análises e entendimento da segregação socioespacial contemporânea, que é a redução de possibilidades de interação entre sujeitos de grupos sociais diferentes, o que pode potencializar processos de desigualdade e discriminação social. Seguindo o viés de abordagem de Souza (2008), quando o autor cunha o termo fobópole, que de modo genérico, é associado ao distanciamento de grupos sociais distintos, que o tornam desconhecidos uns dos outros, o que aumenta a sensação de medo e ações violentas em relação ao grupo desconhecido.

Por fim, trazemos as abordagens recentes que de fato buscam compreender a cidade e a segregação socioespacial a partir das alterações da dimensão da economia-política, com a adoção das medidas, valores e concepções de mundo neoliberais, que em suma, valoriza a dimensão privada em detrimento da pública, como também, difunde como solução para o desemprego estrutural a falácia do empreendedorismo, em que a solução é a abertura de bares, pequenos estabelecimentos prestadores de serviços, realizar entregas em motocicletas, vincular a uma plataforma de transporte e realizar um trabalho genérico ao de táxi. Em outros termos, destacaremos os autores e autoras que buscam compreender a **segregação socioespacial diante da cidade neoliberal**.

Em relação a segregação socioespacial no âmbito da cidade neoliberal duas análises chamam a atenção, primeiramente a revisitação de Villaça (2011) a definição de segregação socioespacial, algo que o autor debateu em 2001, em que definia como a concentração de determinados grupos sociais em uma região mais que em qualquer outra da cidade. Nesta nova abordagem o autor não traz uma delimitação do conceito, mas sim o disserta metodologicamente, com o intuito de compreender a separação e concentração de grupos sociais em determinadas regiões da cidade neoliberal, é deste modo que o autor destaca seis aspectos que articulam a segregação, com a desigualdade e a dominação nas cidades:

¹Grifo nosso por citarmos na íntegra o termo utilizado pelo autor ao se referir ao poder público, porém o termo “autoridades públicas” dá margem ao entendimento e reconhecimento de diversos agentes que atuam na produção do espaço urbano, desde o poder público, mas a outros membros da sociedade civil que exercem poder na esfera pública, mesmo atuando no setor privado, isto é, acreditamos que o termo “autoridades” é polissêmico, podendo levar a diversas possibilidades de interpretação sobre quais agentes da produção do espaço urbano o autor se refere.

- 1) [...] negar a forma clássica de segregação que se apresentaria sob a forma de círculos concêntricos, com os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia.
- 2) [...] historicizar a segregação. A falta de inserção histórica é uma das responsáveis por várias limitações nas análises atuais sobre segregação urbana;
- 3) [...] mostrar como se dá a relação entre a segregação e a totalidade das estruturas social e urbana. Sem isso, os estudos sobre segregação ficam incompletos e por isso inaceitáveis;
- 4) [...] mostrar a relação entre a dominação e a segregação, esclarecendo as especificidades da dominação através do espaço urbano, ou seja, mostrar o papel do espaço urbano no processo de dominação;
- 5) [...] abordar a segregação, não mais por bairro, mas por região geral da cidade; essa abordagem traz um enorme potencial explicativo muito maior que a segregação por bairro, e só ela é capaz de explicar as relações aqui indicadas;
- 6) Finalmente, e em síntese, avançam no sentido de explicar a segregação, e não apenas no de denunciá-la, descrevê-la ou medi-la (Villaça, 2011, p. 38).

A contribuição de Villaça (2011) é em relação as mudanças que as estruturas urbanas e das cidades tiveram nas últimas décadas, tanto em relação ao padrão centro-periferia, as transformações no mundo do trabalho e as novas formas de exploração e drenagem de renda, compreender a dimensão do poder e das decisões, bem como a nova estrutura da cidade, enquanto negócio, e por isso, extensão e em casos metropolitanos e em algumas cidades médias, com a configuração de aglomerações urbanas, isto é, diversas cidades envoltas em relações cotidianas associadas.

Outra abordagem que chama atenção devido a incorporação da segregação socioespacial em contextos de mudanças estruturais na cidade é a de Kronenberger e Saboya (2019), quando os autores definem:

A segregação socioespacial passa a ser compreendida como resultado da disputa por localização no espaço urbano entre agentes com grandes assimetrias de poder e de capacidade de aplicação de recursos. Consequentemente, entre as principais características que definem esse fenômeno urbano estão a localização

e a distribuição desigual de investimentos no espaço urbano (Sugai, 2015).

A segregação não significa necessariamente uma ocupação homogênea, mas uma concentração de determinados grupos sociais em uma região mais que em qualquer outra da cidade (VILLAÇA, 2001). Dessa forma, esse fenômeno urbano caracteriza-se como um processo por meio do qual as camadas de mais alta renda tendem a se aglomerar em uma mesma direção do espaço urbano, concentrando os investimentos e, com isso, facilitando a dominação socioeconômica e política por meio do espaço (Villaça, 2001). Entre os resultados, estão as diversas cidades dentro de uma, com conexões bastante precárias ao longo de todo seu tecido urbano (Santos, 2012; Kronenberger e Saboya, 2019).

Nesta abordagem nota-se que os autores buscam aspectos para compreender a segregação socioespacial na cidade neoliberal, indicando suas múltiplas facetas, que vão desde as desigualdades na distribuição do investimento na cidade, visto isto ser uma questão da concentração de grupos sociais em determinadas áreas da cidade, sendo os grupos com maior poder aquisitivo os com maior poder político, deste modo influenciando ou orientando os investimentos públicos e privados para as áreas em que ocupam, ou que desejam ocupar. Enquanto os grupos sociais com menores rendimentos, não possuem poder político para orientar os investimentos públicos e privados para as áreas que ocupam, fazendo com que as iniciativas que surgem nessas áreas sejam dos próprios ocupantes.

Os autores se aproximam do contexto da cidade neoliberal, em que as áreas sejam ocupadas em sua maioria por grupos sociais mais abastados, ou por grupos sociais com baixos rendimentos, em ambas teremos o surgimento de equipamentos não-residenciais, isto é, comércio, serviços, empreendimentos de lazer, a diferença é que nas áreas ocupadas pelos menos favorecidos economicamente e politicamente, tais iniciativas são autônomas e no âmbito do próprio grupo social, salvo exceções quando já há consolidação de equipamentos comerciais e de serviços nestas áreas, aí passam a ser alvo da ação de grandes capitais locais, regionais, nacionais ou até mesmos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS ANÁLISES DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DA CIDADE NEOLIBERAL

O levantamento e análise proposto neste artigo nos trouxe algumas considerações em relação ao uso e definição do conceito de Segregação

Socioespacial, associando as mudanças estruturais da cidade, diante da ascensão e hegemonia do modelo econômico e político da doutrina neoliberal, que traz consigo alterações tanto nas formas da cidade, como também nos modos de pensar a cidade, que tem como característica principal a “cidade como negócio”.

De modo geral, as abordagens se diferenciam em três grupos, sendo as que abordam a segregação socioespacial como “separação residencial”, as que entendem como “homogeneização de áreas da cidade” e outras que compreendem como a formação de “bolsões de pobreza”.

De fato, tais entendimentos trazem um aspecto comum e que diz respeito a dinâmica de segregação socioespacial nas cidades contemporâneas, que é a separação espacial dos grupos sociais com rendimentos desiguais pela cidade, o que não é algo novo em relação a análise das cidades capitalistas, mas é contínuo, isto é, a cidade capitalista ainda é “recortada” em áreas residenciais com forte homogeneidade socioeconômica. Contudo, a segregação socioespacial no âmbito da ascensão e consolidação da doutrina econômica e política neoliberal possui novos aspectos que as abordagens supracitadas não dão conta de compreender.

Primeiramente é o fato de entender as mudanças estruturais da urbanização e das cidades, diante de um contexto em que a terra urbana passa a ser um dos principais ativos econômicos no modo de produção capitalista, outro ponto, a crise estrutural no mundo do trabalho, que envolve desde o aumento do desemprego e desocupação, como também a redução drástica em direitos trabalhistas. Além destes, um dos principais aspectos da economia-política neoliberal que é a degradação dos equipamentos públicos, associada a privilégios para implantação e expansão de equipamentos privados de âmbito regionais, nacionais e internacionais, como também a surgimento de inúmeros estabelecimentos comerciais e de serviços nas áreas de forte homogeneização de ocupação por grupos sociais com baixos rendimentos, dado tanto como soluções individuais ao desemprego e desocupação, como também respostas ao aumento da demanda por tais equipamentos junto a populações que passam a ter acesso ao crédito.

É necessário buscarmos entender o distanciamento entre as definições de segregação socioespacial e a materialidade da cidade neoliberal, o que é uma tarefa que traz certa inquietação, mas é necessária. De modo direto, estamos tratando de abordagens que não condizem com a cidade real contemporânea, mas sim estão associadas a uma cidade capitalista em que equipamentos públicos se sobressaiam sobre privados, a terra urbana como mercadoria era um ativo importante, mas não protagonista da acumulação e reprodução de capital na cidade, isto é, as cidades não eram tão extensas como atualmente, e a separação residencial dos grupos sociais por níveis de rendimento não possuía o distanciamento espacial e social que há atualmente, com inúmeros casos em que cidades médias, por exemplo, possuíam um único centro comercial e de serviços e estes grupos se encontravam e dividiam tal espaço, o que é raro em uma

conjuntura neoliberal em que cada grupo terá o seu espaço voltado ao consumo de bens e serviços delimitados na cidade.

Associamos o uso de definições que consideramos superadas, diante da ausência de abordagem do contexto neoliberal as seguintes motivações:

1. A consolidação e tradição de base teórica, em que autores como Castells e Correa nos anos de 1980 inovaram com a definição de segregação socioespacial na cidade capitalista em que a produção fordista a fez emergir de modo considerável. Essas análises inovadoras para aquele momento histórico fez com que tais abordagens se tornassem um consenso acadêmico e por isso são utilizadas até os dias de hoje, para explicar realidades muito distintas daquelas que foram analisadas pelos autores;

2. A pesquisa de gabinete, isto é, as análises apoiadas em dados secundários disponibilizados por institutos de pesquisas de grande porte, como por exemplo o Censo IBGE. Tais pesquisas e análises dos dados são relevantes, porém não dão conta de compreender as mudanças espaciais nas diversas áreas residenciais, que vão desde a acentuação da homogeneização por grupos sociais do mesmo nível de renda, mas também com a disputa da terra urbana pelo uso residencial, comercial e de serviços, que são possíveis de serem identificados a partir de análises de dados secundários associadas a uma reduzida base empírica;

3. A conivência ou indiferença diante da ascensão da doutrina econômica-política neoliberal, estes tipos de análise remontam ao método positivista associando a cidade a um organismo, que o acaso e a “dinâmica própria da cidade” omitem a disputa política, econômica e espacial entre as classes sociais, e que a manutenção do privilégio de determinadas classes se dá a partir da espoliação de outras, traduzindo para a cidade neoliberal, o fundo público deixa de ser objeto de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, para ser capital de apoio ou reserva para iniciativas e valorização de espaços privados, seja com a produção de benfeitorias públicas em locais ocupados pelos segmentos com maior poder econômico, ou com o instrumento de isenção fiscal aos empreendimentos de âmbito local, regional, nacional e internacional em que há participação das classes dominantes no local, ou em conjuntura nacional ou internacional.

Este tipo de análise ignora a luta de classes, a drenagem de renda de uma classe menos favorecida economicamente para outra dominante, dando margem ao surgimento de novas definições para além da segregação socioespacial, afirmando que há ruptura de contato e relações entre os grupos sociais com rendimentos desiguais, omitindo contextos de exploração do trabalho ou econômica;

4. Por fim, o desafio metodológico e analítico para definir a nova conjuntura da segregação socioespacial, que dê conta do maior distanciamento espacial entre grupos sociais com rendimentos desiguais, dada a expansão territorial da cidade nas últimas décadas, visto, como já citamos, a terra urbana ter se tornado um ativo de suma relevância no contexto da acumulação e reprodução capitalista. A

multiplicação de expressões da centralidade pelas diversas áreas da cidade e associadas aos múltiplos grupos sociais, isto é, as expressões de centralidade populares, situadas nas áreas onde há concentração de populações com baixos rendimentos, expressões de centralidades voltadas a nichos da classe média, como também expressões de centralidade de “luxo”, voltadas a grupos sociais com elevados rendimentos e/ou poder aquisitivo.

É importante ressaltar que este novo contexto não significa a ruptura de relações entre grupos sociais desiguais, apenas o aumento do distanciamento e contato direto, pois a exploração do trabalho e a drenagem de renda que são o epicentro das péssimas e degradantes condições de vida dos mais pobres e da classe média, também são as causas dos privilégios tanto das classes dominantes, como parte da classe média com rendimentos elevados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. S., BUENO, A. P. Apropriação informal em vazios urbanos periféricos: uma investigação na cidade de Erechim-RS. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, V. 14, e20210241. 2022.
- BECCENERI, L. B., ALVES, H. P. da F., VAZQUEZ, D. A. Estratificação Sócio-Ocupacional e Segregação Espacial na Metrópole de São Paulo nos anos 2000. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo. V. 21, n° 1, pp. 137-154, 2019.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**. Novos escritos sobre a cidade. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- CARVALHO, A. W. B., STEPHAN, I. I. C. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, V. 18, n° 35, pp. 283-307, 2016.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CERQUEIRA, E. D. V. As novas lógicas de fortificação residencial nas periferias metropolitanas de Belo Horizontes: quais impactos sobre a segregação social? **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, V. 7, n° 2. 2015.
- CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CUNHA, J. M. P. da., JAKOB, A. A. E. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro. V. 27. n° 1. pp. 115-139. 2010.
- FONTES, L. de O. São Paulo nos anos 2000: segregação urbana e mobilidade social em termos de renda e escolaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V. 20, n° 2, pp. 304-324, 2018.

FILHO, R. A. B. Et al. A elaboração de um índice de segregação socioespacial como ferramenta de gestão e análise do espaço urbano de Viçosa, MG. **Integrações** (Campo Grande), V. 20, n° 3, pp. 707-723, 2019.

GONÇALVES, R. S. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. **Estudos Avançados**. V. 23, n° 66, pp. 237-250, 2009.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

KRONENBERGER, B. Da C., SABOYA, R. T. de. Entre a servidão e a beira-mar: um estudo configuracional da segregação socioespacial na Área Conurbada de Florianópolis (ACF), Brasil. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. V. 11, 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOURA, J. M. de. O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. V. 6, n° 3, pp. 339-359, 2014.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n° 4, pp. 21-33, 2020.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NEPOMUCENO, P. L. M., NAGATOSHI, L. I. Identificação de tendências de segregação residencial socioeconômica a partir da análise de dados censitários com SIG: o caso da sub-região noroeste do município de São Paulo. **GEOUSP**, v. 25, n° 1, 2021.

NOGUEIRA, M. C. Et al. Associação entre segregação residencial racial e mortalidade por homicídio nos municípios de Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 27, n° 9, pp. 3637-3646, 2022.

SABATINI, F. et. al. Residential segregation in Santiago, Chile: 1982-2002 trends and social effects linked to itis geographical scale. In: **Conference on Spatial Differentiation and Governance in the Americas**. Texas, pp. 1-20, 2005.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SILVA, P. R. da, CASTRO, M. P. de, UEDA, G. S. Os reflexos do Programa Nacional de Cidades Médias e das políticas públicas de moradia na configuração intraurbana da Zona Norte de São José do Rio Preto/SP. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 24, 2022.

SOBARZO, O. A segregação socioespacial urbana. **Formação** (Presidente Prudente), Presidente Prudente-SP, n° 7, pp. 163-170, 2000.

SPOSITO, M. E. B. A divisão territorial do trabalho e as cidades médias no Estado de São Paulo. **Caderno Prudentino de Geografia**. V. 26, pp. 169-180, 2005.

TORRES, H. da G. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 19, n° 54, pp. 41-55, 2004.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**. V. 25, n° 71, pp. 37-58, 2011.

ZANOTELLI, C. L. A cidade neoliberal. **GEOUSP: espaço e tempo**. V. 25, pp. 1-17, 2021.

Contato com o autor: juliozandonadi@gmail.com

Recebido em: 21/01/2025

Aprovado em: 13/11/2025